

MUDAR PARA MUDAR

MUDAR O PS. PARA MUDAR PORTUGAL.

**“Queremos mudar.
Podemos mudar.
Mudar de atitude,
de valores e também
de comportamentos.
Mudar a vida política
e partidária.
Mudar de modelo
de desenvolvimento.
Mudar o padrão de
repartição da riqueza.
Nós queremos, nós
podemos, mas sabemos que
a mudança só é possível
com as pessoas.”**

In “Mudar para Mudar – Razões de uma Moção”

www.mudarparamudar.org



EDUCAÇÃO

É imperioso reafirmar o princípio da responsabilidade do Estado pela educação pública, vector estruturante do desenvolvimento social e um dos espaços centrais da qualificação e da civilização dos seres humanos. Um dos actos predatórios do capitalismo actual é tratar o ensino como mera prestação de serviços mercantis. Sendo a educação um processo de humanização radicado na integração social das novas gerações, deve ser uma responsabilidade que cabe, primeiro, ao Estado, ao poder democrático, enquanto expressão política do bem público.

A política educacional deve desenvolver-se com base num conjunto bem determinado de vectores que a estruturam. Um dos mais relevantes é o envolvimento dos professores na prossecução dos objectivos e na dinâmica de implantação dessa política. Esse envolvimento e a dignificação da profissão docente são condição *sine qua non* do êxito de qualquer política educativa.

FORMAÇÃO PROFISSIONAL

A formação profissional deve ser utilizada para aquisição de novas competências, para a actualização de conhecimentos e para a reconversão profissional. Deve estar enquadrada no projecto de vida de cada cidadão, promovendo a sua empregabilidade e não gerar situações de dependência das bolsas de formação.

NOVO MODELO DE DESENVOLVIMENTO

Ao Plano Tecnológico falta uma visão mobilizadora para a reconversão produtiva da economia portuguesa. A aposta nas energias renováveis e em empreendimentos de tecnologia de ponta relevam a favor do voluntarismo de José Sócrates no sentido da modernização da sociedade e da economia portuguesas. Mas já voltámos à predominância das obras públicas. E ao apoio indiscriminado aos investimentos turísticos, a par de negócios imobiliários insustentáveis, predadores do território.

Faltam um Plano Director de Infraestruturas e as Autoridades Metropolitanas de Transportes. Há que travar as perdas de passageiros pelos transportes públicos, quando se investiram biliões de euros em infraestruturas e frotas. Propomos a elaboração e implementação de um Plano Estratégico de Conectividade e Mobilidade, articulando os diversos modos de transporte com vista à prestação de serviços públicos de qualidade, à eficiência económica e à redução das emissões de CO².

SUSTENTABILIDADE UMA NOVA RELAÇÃO COM A NATUREZA

Portugal tem singulares recursos naturais e territoriais que temos deixado degradar: desordenamento do território com um urbanismo expansivo; ocupação massiva do litoral; poluição e contaminação da água e do ar; congestionamento do tráfego viário com declínio do tráfego ferroviário e dos transportes colectivos; devastação da floresta e desertificação. O Partido Socialista assumirá a sustentabilidade como modelo de desenvolvimento ambiental, económico, social, energético e territorial.

ENERGIA

O aumento da eficiência energética é a forma mais potente de reduzir o consumo de energia e as emissões de gases de efeito de estufa. Através de medidas simples e de baixo investimento, é possível obter diminuições substanciais nos consumos de energia, tanto nos sectores residencial como industrial. Portugal tem de aprofundar a aposta nas energias alternativas, mobilizando a investigação, o desenvolvimento de produtos e os agentes económicos. Criando um *cluster* consistente e o *know-how* que nos permitam reduzir o nosso défice energético e obter vantagens competitivas na exportação de energia.

CONSTRUÇÃO RODOVIÁRIA

O Plano Rodoviário Nacional deve ser cuidadosamente ponderado, por forma a avaliar cada via proposta tendo em atenção a intensidade de trânsito, alternativas da rede existente, custo-benefício e impactos ambientais e sociais. Deve privilegiar-se o desenvolvimento das vias existentes, melhorando as suas condições de circulação e segurança, reservando a construção de novas vias para situações de excepção.

Entretanto, o modelo de financiamento anunciado é um pesado endividamento público e uma injusta hipoteca para a vida dos nossos filhos e dos nossos netos, negando o princípio socialista fundamental de solidariedade entre gerações.

MICRO, PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS

É fundamental o apoio às micro, pequenas e médias empresas que são as grandes fontes de emprego em Portugal. Estão já a ser implementadas algumas medidas, sendo fundamental que estas sejam disponibilizadas às empresas mais pequenas, que enfrentam actualmente graves problemas.

MUDAR O PS. PARA MUDAR PORTUGAL.

Os subscritores da Moção Política de Orientação Nacional “Mudar para Mudar” **visam contribuir para o reforço do Partido Socialista como partido nuclear dos desígnios da esquerda e de governação de Portugal.**

Em nosso entender, as dificuldades com que se debate a sociedade portuguesa resultam, fundamentalmente, de três situações que bloqueiam o desenvolvimento do país, ameaçam a coesão da nossa sociedade e podem pôr em causa a própria democracia. Essas situações são:

- **o progressivo esvaziamento da vida partidária**, que deixou de ser espaço de confronto de ideias, de militância cívica e política, para só ter expressão através daqueles que ocupam cargos políticos e partidários;
- **o intolerável agravamento das desigualdades sociais**, a injusta repartição do rendimento entre capital e trabalho, o alastramento da pobreza e das exclusões;
- **a persistência de uma economia dominada pelas actividades rentistas** – negócios de terrenos e imobiliários, construção civil e capital financeiro especulativo – responsáveis pela baixa produtividade, pelo atraso económico e social e pela crónica dependência externa.

Queremos mudar. Podemos mudar. Mas sabemos que a mudança só é possível com as pessoas.

MUDAR PARA MUDAR

OS EIXOS DA MUDANÇA

A nossa intervenção no Congresso centra-se em três eixos estruturantes: dinamização e profunda renovação do PS; contributos para actualização do ideário, das modalidades de acção de governação à esquerda no contexto da contemporaneidade; e apresentação de propostas para a modernização de Portugal.

Com a actual liderança, o PS afirmou a sua vocação de governo mas esvaziou-se como partido, enquanto colectivo de militância, de reflexão e elaboração programática e de intervenção social. O nosso partido não tem vida activa real; não tem contraditório; não tem debate; não tem criatividade; não tem pensamento; não interage com a sociedade; não reflecte anseios e interesses dos seus apoiantes e militantes, que verdadeiramente não ouve.

O PS enfrenta um risco real de fraccionamento e, consequentemente, de afastamento prolongado do poder. É necessário e urgente aprofundar a democracia interna do PS, abrir o partido à sociedade e modernizar as suas estruturas, práticas e imagem.

RENOVAR E DINAMIZAR O PS

Devem ser aprovadas medidas para o aperfeiçoamento da democracia interna do PS e a transparência das relações com o exterior:

- Eleições Primárias para a designação dos candidatos do Partido nas eleições autárquicas, legislativas, regionais, europeias e presidenciais, com direito a voto aos militantes, simpatizantes e eleitores declarados.
- Democraticidade efectiva nas eleições internas, com igualdade para os candidatos e sanções para as irregularidades, as pressões e expedientes ilegítimos.
- Declaração de interesses dos dirigentes partidários, para garantia objectiva de que no PS não haverá promiscuidade entre política e negócios.
- Recurso intensivo às novas tecnologias, para afirmação activa do PS no ciberespaço e na blogosfera.
- Criação de Espaços PS, de elevada qualidade estética, funcional e tecnológica, agrupando secções de residência nas grandes cidades, para contacto e debate criativo entre militantes, apoiantes e eleitores.
- Reforma das Estruturas Regionais, para descentralizar competências. O PS deverá adoptar uma organização territorial estruturada em Federações Regionais, substituindo as actuais Federações Distritais.

A REFORMA DO SISTEMA POLÍTICO

Uma reforma do sistema político pressupõe a qualificação dos poderes locais, a emergência de poderes regionais e a racionalização do poder central. No plano autárquico, o PS deve tomar posição para suprir a carência de uma instância que articule o poder local com o poder central, ou seja, de um nível de poder regional democraticamente legitimado.

O PS deve declarar-se pronto para uma negociação global com todos os partidos para a reforma do sistema político, mas não para operações de cosmética parcelar. E nunca deverá pactuar com processos de engenharia eleitoral que visem criar condições de vantagem para qualquer partido.

ESTADO REGULADOR E DESCENTRALIZADO

Vemos o Estado como regulador estratégico da economia, apostado na humanização dos processos produtivos, para que o trabalho não seja confundido com uma simples mercadoria e seja equitativamente distribuído por todos. O protagonismo directo do Estado como agente económico só deve existir para potenciar a eficácia da função reguladora ou travar a degradação visível da qualidade dos serviços prestados. A intervenção reguladora deve evitar a governamentalização pelo que propomos a nomeação dos Reguladores pelo Presidente da República sob proposta da Assembleia da República.

REGIONALIZAÇÃO

A criação das regiões político-administrativas será o culminar de um processo de reforma da administração do Estado. A regionalização é a forma de quebrar o centralismo administrativo, político e cultural que secularmente sufoca a sociedade portuguesa, criando novos dinamismos de desenvolvimento económico e social, territorialmente mais equilibrados. A regionalização deve assentar nas cinco regiões-plano que demonstraram a sua pertinência nos últimos 40 anos, evitando as engenharias de fronteira que envenenaram o processo em 1998.

As divisões e hesitações de dirigentes nacionais e a sobrançeria de dirigentes regionais contribuíram para a derrota da regionalização no referendo de 1998. Mas a importância de uma participação alargada dos portugueses para dar força e legitimidade política e democrática a esta Reforma estrutural, impõe que a Regionalização seja instituída através de um novo referendo.

O COMBATE ÀS DESIGUALDADES

É tempo para a Esquerda e em particular o PS retirarem da história as lições devidas e retomarem o combate central pela igualdade e pela inclusão. Os socialistas não se podem conformar com políticas sociais limitadas a medidas assistencialistas, de rendimento, salário e apoios mínimos. Medidas louváveis mas muito aquém no nosso ideário: a mudança estrutural da condição profissional, social e humana das pessoas e das famílias.

SAÚDE

Foi o PS que criou e implementou o Serviço Nacional de Saúde e deve assumir esse passado com orgulho, determinação e dinâmica de futuro. O SNS pode e deve ser melhorado, adaptado, actualizado, nunca posto em causa. Neste processo, como em todos os que envolvem mudanças profundas, há que fazer participar os cidadãos nas estratégias e promover a circulação de informação adequada.

JUSTIÇA E SEGURANÇA

A liberdade e os direitos dos cidadãos não podem ser postos em causa para garantir as condições fundamentais de tranquilidade pública. É necessário assumir sem complexos o combate à insegurança como uma questão de Estado e recentrar a prioridade na defesa da vítima. A política legislativa deve desencorajar a reincidência e criar as condições para que não se crie uma ideia de penalização tão longínqua que se aproxime da impunidade.

IMIGRAÇÃO

Em Portugal e na Europa, as políticas de imigração serão decisivas para o desenvolvimento económico e a coesão social. Para a economia crescer, a população imigrante vai aumentar significativamente. Ou adoptamos políticas de acolhimento e integração activas e consistentes ou caminhamos para a formação de guetos e convulsões perigosas. O PS terá de eleger a imigração como parte das políticas sociais.

COOPERAÇÃO E SOLIDARIEDADE

O cooperativismo e a economia social inscrevem-se com naturalidade no horizonte de esperança de qualquer Partido Socialista. As práticas cooperativas e de muitas das outras organizações da economia social, antecipam, em si próprias, uma sociedade mais justa, mais livre e mais humanizada.

POR UMA DEMOCRACIA MUNDIAL

A mundialização económica e comunicacional é um processo incontornável do desenvolvimento civilizacional. Para que esse processo se faça em paz, justiça e liberdade, exige-se uma nova governança mundial e uma renovada regulação global, democraticamente legitimadas ao nível político, económico e militar.

Nos seus primórdios, o socialismo fomentou as doutrinas e organizações internacionalistas, em contraponto ao capitalismo de pendor nacionalista. Paradoxalmente, com o capitalismo globalizado, a esquerda abdicou da intervenção internacionalista organizada, deixando esse papel aos movimentos sociais que têm denunciado e lutado contra as instâncias e efeitos nocivos da globalização de forma generosa, mas pouco eficaz. Este é o maior desafio e oportunidade que o Socialismo democrático enfrenta na era contemporânea: a luta pelo estabelecimento de uma nova ordem mundial, de natureza multilateral, policêntrica, baseada na equidade e coesão social, na segurança e na sustentabilidade ambiental.

INTERNACIONAL SOCIALISTA

O que anda a fazer a IS? O PS precisa de empenhar-se numa intervenção activa na IS, para que os partidos do Socialismo Democrático assumam, como é sua vocação, a liderança reformadora global que a situação exige.

PORTUGAL NA EUROPA E NO MUNDO

Para que Portugal venha a ocupar uma posição de algum relevo na Europa e na economia global é necessário afirmar uma nova centralidade euro-atlântica e participar activamente na construção de uma Europa mais policêntrica. Neste projecto, a língua, a nossa maior riqueza, deve ter um lugar prioritário.

Para que Portugal possa assumir-se como plataforma estratégica ao nível internacional e o espaço mais significativo de diálogo da Europa com o mundo, há que transformá-lo num efectivo laboratório social de diálogo e contaminação de culturas, um espaço de encontros, de troca e de criação de cumplicidades. Lugar de encontro de culturas e de ideias onde se concebem e realizam projectos que misturam criadores, línguas e temáticas.

Portugal pode assim reassumir um papel estratégico na Europa e no Mundo, já não como potência e império, mas como laboratório de invenção do futuro.